

As relações exteriores do Mercosul: análise das negociações com a União Europeia*

Jamile Bergamaschine Mata Diz¹

Roberto de Almeida Luquini²

Resumo

As relações entre a União Europeia e a América Latina sempre estiveram marcadas por períodos descontinuados de avanços e retrocessos. Desde a formação do processo comunitário em 1951, foram firmados acordos de cooperação que implicaram, ao longo de cinco décadas, num aprofundamento dos laços entre Europa e América Latina. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar a evolução das relações entre a União Europeia e a América Latina, buscando examinar os elementos determinantes existentes nas negociações entre o Mercosul e o processo europeu. A análise realizada centrar-se-á nas três dimensões (comércio, diálogo político e cooperação) presentes no acordo firmado entre ambas as regiões, com o intuito de demarcar os principais pontos de convergência e divergência que, até o presente momento, não permitiram a adoção de um acordo de livre comércio. Deve-se alertar para a importância das relações econômicas entre a União Europeia e o Mercosul, considerando o peso ponderado – com referência a outros atores do sistema internacional – do processo europeu comunitário no comércio exterior com os países sul-americanos. No plano das relações políticas, a decisão da União Europeia de iniciar as negociações para um acordo inter-regional com o Mercosul está adstrito a uma estratégia global: o estabelecimento de mecanismos de contrapeso no equilíbrio dos blocos, em um mundo dominado pela globalização e pelo regionalismo aberto.

* Recebido em 24.02.2011

Aprovado em 18.03.2011

¹ Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da UIT-MG. Doutora em Direito pela Universidad de Alcalá-España. Master em Instituciones y Políticas de la UE, UJCJ, Madrid. Assessora jurídica do SAT/Secretaria do Mercosul (período 2008-2009). E-mail: jmatadiz@yahoo.com.br.

² Professor da Universidade Federal de Viçosa (Departamento de Direito). Doutor em Direito pela Universitat de València – España (Direito Internacional Público e Relações Internacionais). E-mail: robertoluquini@ufv.br.

Palavras-chave: Relações euro-latino-americanas. União Europeia. Mercosul. Acordos de associação. Negociações. Âmbitos de incidência.

1 Introdução

Para entender os principais aspectos das negociações entre o processo de integração europeu e o Cone Sul, é necessário realizar um redimensionamento das relações entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE), mesmo porque a própria formação do bloco europeu passou por crises de retrocesso e estagnação, o que não significou a derrocada do sonho integracionista dos europeus.

Até bem pouco tempo, as relações da União Europeia com a América Latina (AL) não formavam parte dos temas de expansão da política exterior comunitária. Esta situação vem se modificando desde alguns anos, a partir do estabelecimento de novos parâmetros de vinculação entre ambas as regiões.

Os primeiros impulsos realizados correspondem às primeiras iniciativas que vieram caracterizar a política da União Europeia, com referência à América do Sul, num passado ainda recente, sendo o fortalecimento das relações políticas e o enfoque global das relações, correspondendo, portanto, a uma ideia de “força”: a de diferenciar claramente a América do Sul de outras regiões em desenvolvimento, cujos vínculos históricos, sociais, culturais e políticos com a Europa não têm a intensidade nem o potencial que existe em ambos os lados do Atlântico. Também é importante considerar a necessidade de se firmar acordos bilaterais plenamente definidos, vez que os problemas enfrentados pelos países ou pelas regiões são complexos e distintos.

A vontade e a decisão de concretizar um acordo de cooperação com o Mercosul se coloca dentro de uma percepção geral acerca das relações comunitárias com a América Latina e constitui um claro exemplo do vértice regional da tripla aposta europeia na região.

Imediatamente depois da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, foi realizado um encontro em Bruxelas entre os quatro conselheiros dos países da América do Sul e os membros da Comissão Europeia. A União Europeia foi o primeiro ator da esfera internacional a outorgar seu apoio ao Mercosul, representando esse feito o primeiro sinal externo de confiança no processo de integração regional sul-americano. Tal apoio ocorreu por meio do Acordo de Cooperação Inter-Regional entre a União Europeia e os membros do Mercosul, firmado em 29 de março de 1992.

Sob uma ótica sub-regional, reflete o interesse econômico e político dos países da União Europeia para reforçar sua presença na América do Sul, frente ao reforço da prioridade outorgada às relações com os demais países, notadamente nas políticas exteriores praticadas pelos membros do Mercosul, desde o início de 1990. Diante dessa situação, a preservação e o incremento, tanto do protagonismo comercial da União Europeia com os países do Mercosul, como de uma aproximação política interregional, requeria uma rápida definição de uma nova estratégia em médio prazo frente ao Cone Sul.

Como tal, antes de adentrar no tema da associação UE-Mercosul, deve-se realizar, sem ânimo de esgotar o assunto, uma análise do desenvolvimento das relações euro-latino-americanas, para, posteriormente, com base nas considerações realizadas, examinar os principais aspectos relativos às negociações entre o processo mercosulista e o europeu.

2 Evolução das relações entre a União Europeia e a América Latina

Desde o início dos anos 60, as relações entre a União Europeia e a América Latina passaram por avanços e retrocessos que contribuíram positivamente para o fortalecimento dos vínculos birregionais. O desconhecimento, a ignorância e a inexistência de relações institucionais foram substituídos pelo diálogo econômico, a negociação em diversos campos, a cooperação econômica e ao desenvolvimento, criando-se as bases de uma nova relação associativa, propiciada por uma nova percepção europeia da realidade latino-americana, que ganhou protagonismo na política exterior comunitária.

Nesse mesmo período, a recém-criada Comunidade Econômica Europeia (CEE) fazia suas primeiras incursões como ator no cenário internacional, sem contar, entretanto, com os instrumentos jurídicos necessários para o estabelecimento de um diálogo institucionalizado com a América Latina. Os contatos inter-regionais restringiam-se a simples reuniões protocolares, entre embaixadores e altos funcionários (AYUSO, 1996).

As relações birregionais iniciaram-se a partir do predomínio do bilateralismo e possuíam caráter fundamentalmente econômico, tendo em vista que os acordos se limitavam ao comércio e ao fomento da cooperação econômica (GONZÁLEZ BLANCO; MAESSO; CARRAL, 2000, p. 24).

Entre 1957 e 1971, quando foram assinados os primeiros acordos, as relações birregionais podem ser classificadas como muito limitadas. Não obstante o evidente interesse dos países latino-americanos em intensificar tais relações, a CEE estava mais preocupada em consolidar seu processo de integração e, em suas relações exteriores, ganhavam protagonismo as ex-colônias de alguns de seus Estados-Membros, que surgiam como novos atores no cenário internacional depois de conquistada sua independência. Também é importante considerar que havia uma percepção europeia de que a América Latina era um território hegemônico norte-americano, o que desestimulava qualquer iniciativa mais contundente de garantir uma presença da CEE na região que, por sua vez, lutava para fortalecer seus latentes projetos de integração regional (DEL ARENAL, 1997).

Durante a década de 70, enquanto a CEE avançava em seu projeto de integração regional, os governos latino-americanos convertiam-se em regimes ditatoriais, o que dificultava a proposta de integração local. Não obstante, nesse período foram firmados *acordos de primeira geração*, de alcance limitado, com os países latino-americanos de maior potencial econômico: Argentina (1971), Uruguai (1973), Brasil (1974) e México (1975). Esses acordos possuíam um caráter estritamente comercial, não preferencial, cujo objetivo principal era a expansão dos intercâmbios comerciais, com a exclusão de qualquer outro aspecto.

Os anos 80 representaram um período de estagnação econômica para a América Latina, com comprometimento de seu desenvolvimento social e de sua inserção na economia mundial. Esse fator dificultou consideravelmente o desenvolvimento das relações com a Europa. A participação europeia na busca de soluções para o conflito ocorrido entre El Salvador e Nicarágua nesse período, principalmente a partir do Diálogo de São José, em 1984, foi um marco para a retomada do diálogo com a América Latina. Destaque-se também a criação do *Grupo do Rio*, em 1986, com o qual a CEE empreendeu uma aproximação em setembro de 1987. O diálogo institucionalizado com o *Grupo do Rio* – que se consolidou como um dos principais interlocutores latino-americanos – propiciou a intensificação dos vínculos birregionais, marcando o início de uma nova etapa nas relações entre a CEE e a América Latina (LAMOTHE, 1998, p. 654).

Outro aspecto importante que favoreceu a intensificação das relações birregionais, foi a retomada do processo de democratização pelos governos latino-americanos, adotando políticas de livre comércio e o relançamento de processos de integração regional. A mudança das condições políticas dos Estados latino-americanos, a consolidação do Estado de Direito, o respeito aos direitos humanos e o fim das ditaduras militares, abriu uma etapa de homogeneidade democrática no sistema político dos Estados latino-americanos, de modo a permitir uma maior cooperação e integração entre eles (ALDECOA LUZÁRRAGA; IRAEGUI BALENCIAGA, 1999, p. 274).

Sendo assim, foram assinados *acordos de segunda geração*, incluindo, além dos temas relacionados ao comércio, a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento. No âmbito da cooperação ao desenvolvimento, teve fundamental importância a percepção europeia da heterogeneidade existente na América Latina, a partir da qual se criaram diferentes mecanismos de cooperação para atender às necessidades de cada uma das sub-regiões, com suas peculiaridades (AYUSO, 1996). Desde então, houve o estabelecimento de vínculos de natureza distinta com as múltiplas regiões da América Latina, consubstanciados, por exemplo, em acordos com os países da América Central nos quais predominava o conteúdo assistencial, e com os do Cone Sul, nos quais predominava o conteúdo econômico-comercial.

2.1 O fortalecimento das relações euro-latino-americanas: a realização das cúpulas birregionais e as negociações de acordos de associação e cooperação

No início dos anos 90, a aceleração do processo de globalização determinou a intensificação da integração regional tanto na Europa quanto na América Latina. No continente europeu, destaca-se a assinatura do Tratado da União Europeia, em 7 de fevereiro de 1992, em Maastricht, com o qual surge a União Europeia (AL-DECOA LUZÁRRAGA, 1995, p. 767). Na América Latina, criaram-se novos mecanismos destinados a possibilitar a inserção de seus países de forma competente e competitiva no cenário econômico internacional, considerando-se a integração regional como um imperativo histórico, um caminho necessário para o desenvolvimento econômico, social e político dos países da região (VAZ, 1993).³

A nova situação observada na América Latina nos anos 90 é fruto das reformas estruturais iniciadas na segunda metade dos anos 80, quando os países latino-americanos aplicaram rigorosos programas de reformas econômicas para vencer a crise da dívida externa, adotando incentivos para atrair capitais estrangeiros e estimulando os programas de privatização. No fim da década de 80, a maioria dos países latino-americanos havia solicitado seu ingresso no GATT e participara ativamente da Rodada Uruguai. Destaquem-se também os avanços no plano político, pois, no início dos anos 90, era indubitável o compromisso dos governos latino-americanos com a instauração da democracia⁴ (BONALUMI, 1998, p. 631).

Os avanços conquistados pelos países latino-americanos significaram uma profunda mudança em sua posição no cenário internacional, e suas relações sofreram uma intensificação nos âmbitos mundial e hemisférico. As relações políticas e econômicas entre eles passaram por um fortalecimento sem precedentes, assim como os processos de cooperação e de integração regional. A região adotou a fór-

³ No mesmo sentido, MONTORO, André Franco. Integração da América Latina em um mundo multipolar. *Revista de Informação Legislativa*, ano 32, n. 128. Brasília, 1995, p. 5-6.

⁴ Roberto BONALUMI sustenta que o aumento do interesse europeu pela América Latina no início dos anos 90 foi motivado por três fundamentos de base: o retorno da grande maioria dos países latino-americanos ao sistema democrático de governo; a parcial reabsorção da grave crise econômica dos anos 80; e, finalmente, a retomada dos processos de integração regional. (BONALUMI, 1998, p. 631-632).

mula do regionalismo aberto, com o objetivo de conseguir uma melhor inserção nos mercados internacional, ganhando protagonismo no cenário mundial.

As relações birregionais se intensificaram, fazendo com que a cooperação e a interdependência entre a União Europeia e a América Latina deixassem de ser mera retórica para converter-se em situações econômicas concretas. O comércio entre as regiões experimentou um crescimento significativo, sendo que as exportações europeias para a América Latina representaram mais de 80% do comércio inter-regional nos anos 90 (IGLESIAS, 1999, p. 37).

Em virtude do cenário favorável, a União Europeia e os países latino-americanos começaram a assinar os *acordos de terceira geração*, que têm como características principais a fundamentação democrática da cooperação, a incorporação da *cláusula evolutiva*, a presença da *cooperação avançada* e a diversificação dos âmbitos e instrumentos de cooperação. Por um lado, a fundamentação democrática da cooperação se materializa na inserção nos acordos de uma *cláusula democrática* que determina o compromisso recíproco com a democracia. Sua violação implica a suspensão dos programas de cooperação por parte da União Europeia. Por outro, a presença da *cláusula evolutiva* nos acordos permitiu a ampliação e a complementação dos campos e dos níveis de cooperação estabelecidos entre eles, o que lhes garante um caráter aberto, possibilitando sua constante renovação.

A inovação mais significativa dos novos acordos, porém, é a inserção da *cooperação avançada*, que consiste na conjugação dos métodos tradicionais de cooperação ao desenvolvimento com a cooperação econômica e comercial. A cooperação europeia se baseia na ajuda ao desenvolvimento para os países menos desenvolvidos, e na cooperação econômica e comercial com os países mais desenvolvidos (IGLESIA-CARUNCHO, 1997, p. 39-40).

A partir de 1994, as relações entre a União Europeia e a América Latina ganharam impulso a partir da assinatura dos *acordos de quarta geração*, cuja característica mais importante é o estabelecimento de uma nova qualidade de relações birregionais, baseada na ideia de *associação*. A proposta é fortalecer as relações

entre as partes, atendendo ao princípio da reciprocidade e aos interesses comuns, o que caracteriza uma associação política e econômica. Os objetivos principais da União Europeia eram fortalecer o diálogo e a cooperação política com a América Latina, além de estimular o fortalecimento dos processos de integração regional (GOMEZ GALAN; SANAHUJA, 1999, p. 136).

2.2 Breve análise das Cúpulas birregionais e os efeitos sobre a formação de acordos de livre comércio com a União Europeia

Em 1999 foi realizada a primeira *Cúpula União Europeia – América Latina – Caribe* na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, oportunidade em que foi ampliado e aprofundado o diálogo político inter-regional. Os principais objetivos da Cúpula foram o fortalecimento da cooperação política; a intensificação da expansão e a diversificação do comércio inter-regional; e o estabelecimento das bases de uma cooperação dinâmica entre as regiões, com ênfase para a cultura, a educação e o desenvolvimento humano. Terminada a Cúpula, foi assinada a *Declaração do Rio*, um documento programático que destaca três áreas prioritárias: cooperação política (combate à pobreza, à marginalidade e à exclusão social, luta contra as drogas, o terrorismo etc.); cooperação econômica (fomento à integração regional, incentivo aos investimentos estrangeiros etc.); e cooperação cultural, envolvendo aspectos científicos, tecnológicos e educativos (recuperação e preservação de patrimônios históricos, intercâmbio tecnológico etc.).

Foi elaborado também um *Plano de Ação Conjunta*, baseado no compromisso comum com a democracia, com o Estado de Direito, a governabilidade, o pluralismo e o desenvolvimento social, a distribuição mais equilibrada da riqueza e das oportunidades, bem como uma integração harmônica à economia mundial (SOTILLO LORENZO, 1999, p. 306).

A segunda *Cúpula União Europeia – América Latina e Caribe* aconteceu em Madri – Espanha, em 2002, com a participação de 48 países. As partes negociadoras decidiram pelo fortalecimento do processo de iniciação já iniciado anteriormente, com ênfase para os mecanismos de coordenação de posições no âmbito

internacional, respaldando de forma contundente o multilateralismo e declarando explicitamente o repúdio às práticas unilaterais.

No âmbito político, renovou-se o compromisso das partes com a democracia, a defesa dos direitos humanos, o respeito ao Estado de Direito, o apoio ao desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza. Também foram reafirmadas as prioridades definidas na primeira Cúpula, relacionadas à cooperação e à defesa do pleno cumprimento do *Consenso de Monterrey*, cujas metas principais são a erradicação da pobreza, o crescimento econômico em bases sustentáveis e a luta por um sistema econômico mundial, baseado na equidade, que busque atender a todas as necessidades dos sujeitos envolvidos nesse processo, respeitando seus diferentes graus de desenvolvimento (OCAMPO, 2002).

Durante a Cúpula de Madri, ocorreram também diversos encontros bilaterais cuja dinâmica reporta ao processo global de associação intercontinental em virtude do enfoque diferenciado que a União Europeia propõe em sua relação com América Latina. Nesse contexto, merecem destaque as negociações com o México, com o Chile, com a Comunidade Andina e com o Mercosul.

A terceira *Cúpula União Europeia – América Latina e Caribe* aconteceu em Guadalajara – México, em 2004 e concentrou-se em dois temas-chave para as relações birregionais: o multilateralismo e a coesão social. Nesse contexto, foi possível alcançar um amplo consenso político sobre os temas a serem tratados nos foros multilaterais. Foi lançado o programa *EURO social* e teve início o processo de avaliação para uma futura associação entre a União Europeia e a América Central e entre a União Europeia e a Comunidade Andina. A Declaração de Guadalajara destaca a necessidade do fortalecimento das organizações regionais como um meio essencial para o desenvolvimento do multilateralismo. Também se enfatizou a importância de promover avanços concretos relacionados ao desarmamento mundial, sobretudo de armas nucleares, químicas e biológicas, fortalecendo o papel das Nações Unidas, nas ações que a organização desenvolve nesse sentido.

Outro ponto importante a ser destacado nesse encontro, vinculado à defesa dos direitos humanos, é a condenação a todas as formas de abuso, tortura

e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes contra as pessoas – inclusive os prisioneiros de guerra – que revelam uma violação expressa das normas de Direito Internacional Humanitário, especialmente, a Convenção das Nações Humanas contra a Tortura e as Convenções de Genebra.

A quarta *Cúpula União Europeia – América Latina e Caribe* aconteceu em Viena - Áustria, em 2006, com uma agenda extensa de 12 pontos, com destaque para o compromisso com a democracia, o multilateralismo, o combate ao terrorismo. A esses temas, foram acrescentados energia, crescimento econômico e social, política de migração e meio ambiente.

A Declaração Final da Cúpula de Viena assinala que não existe um modelo único de democracia, exclusivo de um país ou região, embora seja importante reconhecer que o conceito de democracia, por si só, é único. A inexistência de liberdades civis, de associação, de expressão, de imprensa, assim como o desrespeito às minorias e a impossibilidade de alternância no poder são fatores que não se coadunam com a terminologia clássica de democracia (BADAN, 2006, p. 29).

Também restou enfatizado que a integração regional é condição prévia para o desenvolvimento do diálogo com Europa, que possui uma forte organização integracionista, contando com uma sociedade politicamente organizada além de um esquema institucional sofisticado, o que não ocorre na América Latina, que conta com uma estrutura institucional no mínimo insuficiente, sobretudo no âmbito do Mercosul.

Outro tema de fundamental importância é o nível de responsabilidade de cada região com a preservação da paz e da segurança. O combate ao terrorismo, ao crime organizado e ao narcotráfico são pontos fundamentais da agenda inter-regional (BADAN, 2006, p. 34).

A inclusão dos debates sobre energia em Viena foi importante não só por tratar-se de um tema estratégico para a Europa e para a América Latina, mas também porque houve um reconhecimento expresso dos projetos de interconexão energética desenvolvidos por vários países latino-americanos e das possibilidades por eles abertas para o investimento nesse campo (PLASA, 2006, p. 39).

A Cúpula de Viena foi, indubitavelmente, uma ocasião importante para uma análise pormenorizada dos desafios existentes para uma associação estratégica birregional entre a Europa e a América Latina.

Conforme Bizzozero (2007, p. 12)

La Cumbre de Viena planteó una continuidad en relación a los objetivos definidos en Guadalajara. Sin embargo, los instrumentos para especificar los mismos e ir concretando la Asociación Estratégica con vistas a la gobernanza mundial, resultan insuficientes. Ello surge de algunas manifestaciones de las reuniones paralelas a la cumbre en que se constata la necesidad de profundizar o de dar más cabida al compromiso con las instancias de participación de la sociedad civil e incrementar la ayuda financiera para canalizar las mismas y otras propuestas vinculadas al compromiso con la Asociación birregional.

A quinta *Cúpula União Europeia – América Latina e Caribe* aconteceu em Lima, em 2008 e a Declaração Final contém três partes. A primeira faz uma análise da relação inter-regional em geral, reiterando o consenso sobre princípios comuns, como a defesa de um multilateralismo baseado no respeito à democracia, aos direitos humanos e à não intervenção. As outras duas partes fazem referência aos temas principais do encontro: pobreza, desigualdade, inclusão social, desenvolvimento sustentável: meio ambiente, mudanças climáticas e energia (AYUSO, 2009, p. 203).

Infelizmente, a Cúpula de Lima não representou nenhum avanço significativo nas relações inter-regionais, limitando-se à reafirmação de compromissos assumidos anteriormente e ao intuito de ampliar a agenda de negociações birregionais, o que se revela insuficiente para alcançar o objetivo definido na primeira cúpula, em 1999, de estabelecer-se uma associação estratégica birregional (DEL ARENAL, 2009, p. 23).

A sexta *Cúpula União Europeia – América Latina e Caribe*, realizada em Madri, 2010, parece ter desbloqueado a situação de relativo estancamento em que se encontravam as relações birregionais. Houve avanços em praticamente todas as áreas, acrescentando-se à Declaração Final um *Plano de Ação 2010-2012*, com a definição de uma cooperação mais específica. Também ficou acordada a criação

da Fundação América Latina e Caribe – UE (ALCUE), anunciada na Cúpula de Viena, em 2006. Não obstante, foi no âmbito dos acordos de associação que se verificaram os avanços mais significativos. Decidiu-se pela retomada das negociações entre a União Europeia e o Mercosul para o estabelecimento de um acordo de associação birregional e foram concluídas as negociações do acordo de associação entre a União Europeia e os países da América Central, incluindo o Panamá. É o primeiro acordo de associação que a União Europeia assina com outro bloco regional, e tem um caráter simbólico importante porque demonstra que, apesar das dificuldades, a estratégia inter-regionalista da União Europeia continua sendo importante, sem desconsiderar que, em casos específicos, seja necessário um enfoque bilateral, de caráter complementar, não excludente do anterior.⁵

Além das Cúpulas birregionais, em 1995, a União Europeia reforçou as negociações e os esforços para a assinatura de um acordo de associação com o Mercosul, e, em junho de 1996, fez o mesmo com o Chile. Esse acordo previa, para ambas as partes, a criação de uma associação econômica e política inter-regional.

Especificamente no que se refere ao Mercosul, até o ano de 2005, foram realizadas dezesseis rodadas de negociações bilaterais: 1ª rodada – abril de 2000, em Buenos Aires; 2ª rodada – junho de 2000, na Bélgica; 3ª rodada – novembro de 2000, em Brasília; 4ª rodada – março de 2001, em Buenos Aires; 5ª rodada – julho de 2001, em Montevidéu; 6ª rodada – outubro de 2001, na Bélgica; 7ª rodada – abril de 2002, em Buenos Aires; 8ª rodada – novembro de 2002, em Brasília; 9ª rodada – março de 2003, em Bruxelas; 10ª rodada – junho de 2003, em Assunção; 11ª rodada – dezembro de 2003, em Bruxelas; 12ª rodada – março de 2004, em Buenos Aires; 13ª rodada – maio de 2004, em Bruxelas; 14ª rodada – junho 2004; 15ª rodada – outubro de 2004, em Luxemburgo e, finalmente, a 16ª rodada – setembro de 2005, em Bruxelas.

⁵ SANAHUJA, Jose Antonio. *La efectividad de la cooperación al desarrollo entre la Unión Europea y América Latina: balance y perspectivas*. Disponível em: <<http://www.fundacion-carolina.es/es-ES/cealci/actuaciones/Documents/Santander2010Sanahujajueves.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

A partir de 2004, as negociações ficaram estancadas, apesar de terem sido realizadas numerosas tentativas de alcançar um consenso que possibilitasse a conclusão e a respectiva firma do acordo de associação. Em 2010, no marco da Cúpula de Madri, reiniciam-se os debates no intuito de relançar o processo de negociação.

A partir das considerações sobre as relações euro-latino-americanas, serão analisadas as negociações tendentes à formação de acordos de cooperação e associação entre a UE e o Mercosul, especialmente no que se refere aos três pilares nos quais estão fundamentadas as relações entre ambas as regiões: o comércio, o diálogo político e a cooperação.

3 A tridimensionalidade das negociações: diálogo político, comércio e cooperação

As relações entre a UE e o Mercosul sustentam-se nos âmbitos político-diplomático, econômico-financeiro e da cooperação. Nesse contexto, o Mercosul pode ser considerado como uma zona histórica, cultural e socialmente importante para Europa, uma vez que compartilham interesses comuns. Além disso, o processo mercosulista representa um sócio promissor para a UE, pois possui um mercado consumidor com mais de 240 milhões de habitantes o que, por sua vez, possibilitaria uma maior abertura para as empresas europeias nessa parte do continente sul-americano. A Europa, por sua vez, representa para o Mercosul uma forma de adentrar em um novo e promissor mercado, além de ser um sócio estratégico no âmbito dos debates internacionais. A relação entre as duas regiões constitui, pois, uma associação estratégica através da qual poderiam ambos os processos fortalecer-se econômica, comercial e politicamente.

As negociações da UE com o Mercosul baseadas nos âmbitos já mencionados, iniciaram-se em 1999, uma vez ratificado o Acordo Inter-regional para estabelecer uma associação entre ambos os processos, e derivou na conformação de diferentes instâncias aos efeitos de chegar a um compromisso definitivo que abarcasse todos os aspectos presentes em um acordo de cooperação.

A estratégia desenvolvida pelas duas partes se apoia em visões diferentes e contrapostas, ainda que existam “pontos de consenso”. Pelo exame do conteúdo do Acordo, podemos dividir a cooperação UE/Mercosul em três dimensões distintas, as quais Ramon Torrent denominou de “três pilares” (TORRENT, 2005, p. 24). Faz-se importante não somente estudar os pilares, mas ademais realizar uma análise conjunta, buscando estabelecer qual é a lógica político-institucional de cada um deles.

3.1 Temas relativos ao diálogo político e ao fortalecimento do marco jurídico-institucional

O primeiro pilar abarca aspectos de interesse mútuo e temas internacionais que se considerem pertinentes para a discussão, a fim de consolidar uma associação estratégica entre as regiões. Consideram-se particularmente importantes os assuntos nos âmbitos da paz e da estabilidade, a prevenção de conflitos, as medidas de fortalecimento da confiança, a promoção e a proteção dos direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito, o desenvolvimento sustentável, a luta contra o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o tráfico de armas e o terrorismo.⁶ Nesse ponto, não se pode deixar de mencionar as distinções entre a estratégia da UE para a Comunidade de Andina quando comparadas aos pontos em debate entre a UE e o Mercosul. Pode-se afirmar que a região andina é a única região do mundo com a que a UE mantém um diálogo especializado sobre a luta contra a produção e o tráfico de drogas. Desde 1995, a UE e os cinco países andinos assinaram diversos acordos de controle dos precursores (substâncias químicas que servem para fabricar drogas ilegais).

Deve-se destacar também que, em relação ao Mercosul, além do intercâmbio de informação realizado nas diferentes rodadas, deve-se mencionar os progres-

⁶ “Además, ambas partes consideran al diálogo político como herramienta fundamental para mejorar el entendimiento mutuo en temas cuya preocupación se comparte, tales como la superación de la pobreza, la desigualdad y el hambre en los ámbitos global y regional, la promoción del desarrollo social y económico y de la inclusión social, la promoción de los derechos humanos y el combate a toda forma de discriminación, la prevención del cambio climático y la promoción de fuentes sostenibles y renovables de energía.” (JIMENEZ, 2009, p. 5)

so obtidos na terceira rodada, quando foi alcançado um consenso sobre o marco legal do diálogo político e sobre a redação de vários parágrafos do preâmbulo e da estrutura institucional do futuro Acordo. Também na sétima rodada foram elaboradas propostas conjuntas sobre os princípios, objetivos, natureza e âmbito da associação, diálogo político e marco institucional. Depois da décima rodada, este pilar encontra-se praticamente finalizado.

3.2 As relações comerciais como elemento crucial para o avanço das negociações

O objetivo, nesta dimensão ou pilar, é lograr um acordo que corresponda às necessidades do século XXI e que respeite as regras da Organização Mundial do Comércio. O acordo incluirá a liberalização progressiva e recíproca dos intercâmbios de bens e serviços, condições claras e estáveis para garantir fluxos de investimentos estrangeiros em ambas as direções; disciplinas para a abertura das compras públicas e para a proteção da propriedade intelectual; um mecanismo de cooperação no âmbito da concorrência; e um sistema eficaz e vinculante de solução de controvérsias. Ademais, o acordo incluirá medidas para facilitar o comércio no âmbito sanitário e fitossanitário, aduaneiro, de comércio eletrônico e de normas técnicas e padrões.

Vale ressaltar que a UE é o segundo sócio econômico para a região da América Latina e do Caribe. O comércio bilateral ascende a aproximadamente 160.000 milhões de euros. Em 2007, a UE representava aproximadamente, 14% das exportações da América Latina. No caso do Mercosul, a UE é o segundo sócio comercial ao representar 17,5% do comércio total (extra-zona) em 2009. Não obstante, essa relação comercial entre as duas regiões não se baseia na reciprocidade, senão que está fortemente enfatizada pela assimetria existente entre o poder econômico europeu e o desenvolvimento dos países *mercosureños*. De fato, pode-se analisar o efeito dessa assimetria a partir das negociações realizadas. Como tal, a título de exemplo, pode-se citar a proposta mercosulista feita à UE, em junho de 1998, quando os ministros agrícolas europeus se negaram a negociar a oferta feita, uma vez que ela englobava carnes, lácteos, açúcar, frutas, cereais e oleaginosas. Segundo dados da própria Comissão Europeia, as tarifas de alguns deles implicavam em montantes

equivalentes a 87,7% para carne bovina e ovina, 67,8% em cereais, 57,7% em produtos lácteos, 61,8% em açúcar e 58,8% em fumo⁷.

Em relação ao comércio de bens, no ano de 2009, as importações europeias de produtos mercosulistas atingiram um montante de 35.197 milhões de euros enquanto as exportações europeias ao Cone Sul atingiram a cifra de 27.322 milhões de euros. Em relação aos seis primeiros meses de 2010 (6M), a UE importou 18.000 milhões de euros em produtos do Mercosul, enquanto as exportações UE para o bloco atingiram um montante praticamente similar ao alcançar o total de 19.000 milhões de euros. No entanto, as exportações do Mercosul para a UE estão concentradas, basicamente, em produtos agrícolas atingindo a cifra de 19.939 milhões de euros no ano de 2008 (em termos percentuais significa um valor total 41,7% das importações europeias originadas do Cone Sul), o que demonstra a disparidade da balança comercial relativo ao intercâmbio de bens entre ambas as regiões, já que as exportações europeias para o Mercosul concentram-se em máquinas industriais (12.937 milhões de euros) e produtos químicos (5.946 milhões de euros).⁸

Ademais da assimetria, em matéria de intercâmbio comercial, as ofertas iniciais realizadas por ambos os processos de integração não alcançaram o nível suficiente para que se pudesse lograr⁹ sequer uma posição consolidada sobre quais seriam os produtos e as tarifas que seriam adotadas no acordo birregional.

Em sua última oferta vinculada ao pilar comercial, no segundo semestre de 2004, a UE havia proposto uma liberação de aproximadamente 94% do comércio global ao final do cronograma de liberalização tarifária. Conquanto a percentagem de liberalização da UE fosse considerada, *prima facie*, elevada, sua oferta não

⁷ Fonte: Comissão Europeia, 2006.

⁸ Fonte: Eurostat, 2010, Disponível em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/html/113488.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

⁹ “Además, la proporción y el valor de los productos agrícolas de exportación del Mercosur serían mucho más altos si la UE liberalizara su mercado y redujera el apoyo interno que provee a este sector. Una vez más, como es típico del patrón norte-sur, el elemento clave del comercio de productos no agrícolas tendió a concentrarse en las exigencias de liberalización por parte de los negocios de la UE y en las continuas preferencias proteccionistas del Mercosur, especialmente de Brasil.” (DOCTOR, 2005, p. 24.).

contemplava o livre comércio dos produtos agrícolas originários do Mercosul. Em alguns casos, só haveria uma redução substancial (e não a eliminação) de tarifas, de tal modo que ao final do cronograma haveria uma liberalização de 86,25% do comércio agrícola. Ademais se manteriam quotas, incrementadas com respeito às atuais. Posteriormente, não se aplicaria 40% das posições tarifárias relativas à agricultura, equivalentes ao 14,3% das importações europeias totais de produtos agrícolas mercosulistas (MATEO, 2006, p. 92-94).

Com respeito à última oferta formal do Mercosul (setembro de 2004), esta era mais restritiva do que as ofertas anteriormente apresentadas (especificamente em relação à oferta de 2002). Dita oferta propôs a liberação de 77% do comércio global, de maneira que continuariam a vigorar as tarifas sobre 23% do total de exportações. No entanto, a oferta dos países mercosulistas, ainda que de percentual menor, era qualitativamente melhor do que a oferta europeia, já que cobria o dobro dos produtos – com respeito à oferta europeia – cuja desgravação alcançaria o valor zero num prazo de 10 anos (prazo este para finalizar a liberalização, conforme o cronograma). Efetivamente, quase nove de cada dez produtos da UE ingressariam aos países do bloco com um tratamento diferencial (JOVTIS, 2010, p. 11).

Segundo Jovtis (2010, p. 12)

En suma, la UE y el MERCOSUR se sintieron decepcionados mutuamente con las ofertas recibidas. La UE porque esperaba mucho más de la última oferta mercosureña (de 24 de septiembre de 2004) a la vista de las discusiones que habían tenido lugar en los encuentros previos y que, en su conjunto, era inferior a la oferta del MERCOSUR de mayo de 2004, aunque finalmente se incluyeran nuevas concesiones menores. El MERCOSUR porque la oferta europea (de 29 de septiembre de 2004) no entrañaba mejoras sustantivas respecto a los temas agrícolas.

3.3 A cooperação para a integração: a estratégia e os programas europeus para a promoção da aliança birregional

Em matéria de relações institucionais e de cooperação, nos últimos anos registrou-se uma mudança qualitativa nas relações exteriores de América Latina,

já que esses países mostraram maior disposição para negociar com países industrializados acordos comerciais recíprocos que incluíssem disposições relacionadas com a cooperação técnica e institucional entre as regiões. Os chamados *acordos de quarta geração* demonstram o caráter dinâmico das negociações euro-latino-americanas promovendo um grau maior de aproximação entre as partes. Esse tipo de acordo com a UE é importante já que se trata de uma aproximação mais integral dirigida a promover o desenvolvimento econômico sustentável, a estabilidade macroeconômica que possa levar à redução da pobreza, além de outros fatores de consolidação da democracia e a eficaz gestão governamental. Ademais, a cooperação da UE destina-se, em especial, ao fortalecimento dos elementos vinculados à integração sub-regional, já que dito tema estabelece-se como ponto-chave para a formação dos acordos de associação, sendo considerado, em diversas ocasiões, como aspecto condicionante para a continuação das negociações dos acordos entre a UE e os demais processos integradores latino-americanos.

Nesse sentido, o objetivo é melhorar e consolidar a qualidade da cooperação existente (ajuda econômica, financeira e técnica) entre as regiões, sobre a base da reciprocidade e do interesse mútuo. O acordo de associação permitirá que a cooperação entre o Mercosul e a União Europeia avance de forma equilibrada, permitindo o acesso de cada região aos programas e atividades da outra. Neste ponto, não se pode deixar de mencionar o documento de Estratégia Regional da UE dirigido ao Mercosul,¹⁰ onde se estabelece a distribuição dos recursos europeus baseados, especificamente, em três prioridades, a saber:

Prioridade 1:

Apoio à institucionalização do Mercosul: conforme assinalado no próprio documento, a estratégia europeia nesse ponto terá por objetivo “melhorar a eficiência e eficácia das instituições do Mercosul, permitindo que contribuam eficazmente para o processo de tomada de decisões. Ademais, a experiência única da UE nos diversos campos da integração suporia um especial valor adicionado

¹⁰ European Commission, Mercosur (Regional Strategy Paper 2007-2013, August 2007, E 2007/1640).

ao processo.” Como objetivos específicos, há propostas para o fortalecimento do Parlamento; para o Tribunal Permanente com a finalidade de lograr maior consolidação jurídica e para a Secretaria do Mercosul. Do montante geral de 40 milhões de euros (em realidade, o total é de 50 milhões – menos 10 milhões para programas que não foram concluídos na última perspectiva financeira) 10% (dez por cento) se destinará às atividades relacionadas à prioridade 1.

Prioridade 2:

Apoio à consolidação do Mercosul e a implementação do futuro Acordo de Associação com a UE: conforme está descrito no documento de Estratégia Regional, “esta prioridade consistirá em auxiliar a consolidação do Mercosul em todos os aspectos, especialmente na área do comércio e nos âmbitos econômicos e no que se refere à efetivação de uma união aduaneira.” Como ações necessárias para a implantação da estratégia considerada como prioridade 2, podem-se citar: i) fomentar a integração do mercado e da produção do processo mercosulista, incluindo a supressão das barreiras não tarifárias; ii) segurança e higiene alimentar; e, iii) proteção do meio ambiente. Um dado interessante se refere ao valor estipulado para a Prioridade 2, que concentrará 70% (setenta por cento) do montante total da Estratégia.

Prioridade 3:

Esforços para consolidar e aumentar a participação da sociedade civil, o conhecimento do processo regional de integração, o entendimento e a visibilidade mútua: a estratégia se baseará no fortalecimento do plano educativo para o Cone Sul, onde se prevê, por exemplo, a criação de dez centros de estudos sobre a UE e o Mercosul, bem como a organização de seminários, conferências e ateliês em âmbitos relacionados com a integração. Está previsto que se consigne ao redor de 20% (vinte por cento) do orçamento global para esta prioridade.

Além da estratégia mencionada, existem programas europeus que podem servir como ponte para a adoção de medidas destinadas à cooperação com os países do Mercosul, e que representam instrumentos importantes para sufragar polí-

ticas públicas vinculadas ao combate à pobreza, ao fomento da igualdade social e de gênero, à inclusão digital e à educação. Dentre esses programas, podem-se citar, sem prejuízo de outros,¹¹ os seguintes:

- a) URBAL: foi lançado, em 1995, como programa de desenvolvimento de redes de cooperação descentralizadas que tem como foco central a cidade. Como objetivo principal tem-se a difusão, a aquisição e a aplicação das melhores práticas no âmbito das políticas urbanas. Com base em cada uma das redes se implementam projetos comuns. Três cidades do Mercosul figuraram como líderes de rede, foi o caso da Rede número 5: Políticas sociais urbanas (Montevidéu, Uruguai), a Rede número 7: Gestão e controle da urbanização (Rosário, Argentina), e a Rede número 9: Financiamento local e o orçamento participativo (Porto Alegre, Brasil).
- b) @LIS: tem como objetivo fomentar a cooperação entre a União Europeia e América Latina no âmbito da sociedade da informação para reduzir a brecha digital existente nessa região. Com essa iniciativa, busca-se promover as interconexões entre as redes de investigação e a sociedade em ambos os processos integradores.
- c) ALFA: destina-se à cooperação entre instituições de educação superior da UE e da AL através da criação de redes. As prioridades são: a reforma e modernização das instituições (IES) e dos sistemas de educação superior nos países beneficiários; a qualidade, acesso e pertinência da educação superior; o desenvolvimento de recursos humanos qualificados na região latino-americana, com ênfase nos grupos menos favorecidos ou vulneráveis e aos países mais pobres da região, fomentando a participação das entidades desses países; apoiar as IES e outros atores relevantes para avançar na criação de uma zona comum de educação superior; favorecer suas conexões com a UE e promover a cooperação e o estabelecimento de redes e relações duradouras entre as instituições de educação superior

¹¹ Como exemplo, ALBAN (educação e formação profissional); EUROSOCIAL (coesão social e igualdade); ALURE (energia), AL-INVEST (complementaridade e desenvolvimento industrial) etc.

de ambas as regiões. Na atualidade, está sendo implementado o programa ALFA III que cobre o período 2008-2012.

Como se pode observar, a questão da cooperação ultrapassa as questões vinculadas à integração, ao envolver outros objetivos e esquemas específicos, possibilitando, portanto, uma maior interação entre os processos de integração analisados.

Agora bem, há um fator importante que deve ser mensurado quando se analisam as políticas de cooperação europeia, especialmente no que tange às condições para a execução dos programas. Nesse sentido, deve-se mencionar que nem todas as ações previstas na Estratégia para o Mercosul estão sendo realizadas, devido às divergências entre as instituições comunitárias e os órgãos mercosulistas e em virtude, principalmente, de determinadas exigências feitas pela UE que, em princípio, são incompatíveis com a autonomia que um processo de integração formado por quatro países soberanos deve possuir.

Em relação especificamente aos programas de ações que deveriam ser adotados no marco da Estratégia 2007-2013 e em virtude das discrepâncias veladamente existentes entre os órgãos decisórios de ambas as regiões, até o final de 2010 não havia sido adotado, ainda, nenhum plano de execução concreto dirigido à implementação das medidas estabelecidas na Prioridade 1.¹²

Si bien aún se está en pleno periodo de ejecución de la estrategia 2007-2013 pueden establecerse ya algunos puntos críticos, y en particular a aquellos que se refieren al desarrollo productivo. Así, dentro de la primera línea de actuación –apoyo a la institucionalización del MERCOSUR– se negoció un programa para el fortalecimiento del FOCEM. Sin embargo, este programa está paralizado, por problemas en la aceptación por parte de los Estados miembros del MERCOSUR. Igualmente los avances en la

¹² “En tal sentido, procedieron a una revisión de las iniciativas contempladas en la prioridad I del Documento de Estrategia Regional, sobre las cuales refirieron que ante el proceso de implementación de una reforma estructural en el MERCOSUR, sería un momento poco propicio para que las instituciones involucradas sean receptoras de cooperación, por lo que se hace necesario aguardar la conclusión del proceso de reestructuración institucional en el bloque.” MERCOSUR/CCT/ACTA N° 01/09. IX Reunión Extraordinaria del Comité de Cooperación Técnica del Mercosur, março de 2009.

puesta en marcha de las acciones relacionadas integración productiva encuentran resistencias nacionales, no muy distintas a las que encuentra la propia política común en este ámbito. No obstante, hay colaboración en temas que no son considerados sensibles, tales como: Armonización técnica de normas y estándares para facilitar las exportaciones a la UE y, a petición de Brasil, el apoyo al Comité Económico y Social del MERCOSUR (GARCÍA DE LA CRUZ et al, 2010, p. 184).

Apesar das dificuldades apontadas, não se pode olvidar que a União Europeia é o primeiro cooperante para a América Latina, em termos de destinação de aportes financeiros, ainda que a cooperação nem sempre seja realizada nos moldes e esquemas desejados pelos países da AL, dentre os quais, os que conformam o Mercosul.

4 Conclusão

As relações entre a União Europeia e América Latina celebraram em 2009, dez anos da institucionalização do diálogo birregional iniciado a partir da Cúpula do Rio (1999), momento em que a UE e a AL estabeleceram um marco comum para as negociações birregionais. A formação de uma estratégia única para América Latina foi considerada como prioridade, a partir do *enforcement* da construção europeia e da assinatura e entrada em vigor do Tratado de Maastrich em 1992, que desenvolveu o conceito de cooperação internacional (incluído no então chamado segundo pilar – política exterior comum).

Nesse contexto, produziu-se um *aggiornamento* do reconhecimento europeu da heterogeneidade da região, manifestado pela elaboração, adoção e aprofundamento de acordos sub-regionais e bilaterais que, tendo como base os diferentes interesses presentes, implicaram em um tratamento diferenciado de acordo com as particularidades de cada caso, mas sempre ressaltando a preferência europeia pelo diálogo com grupos de países e esquemas de integração.

Sem embargo, a assinatura de acordos-quadros de cooperação e/ou acordos de associação entre a UE e os processos de integração existentes na AL – Co-

munidade Andina de Nações (CAN), Mercosul e SICA (Sistema Centroamericano de Integração) – implica não poucas dificuldades no momento de atingir o consenso necessário para a concretização de acordos mais ambiciosos, cujo conteúdo incluía temas comerciais. Em princípio, os acordos assinados até a presente data não têm um capítulo específico e vinculante dirigido à completa (ou quase completa) liberalização comercial entre as partes, senão que são considerados como o primeiro passo para a assinatura de futuros acordos de livre comércio (ALC). Agora bem, não se pode negar que as negociações entre a UE e os processos latino-americanos mantêm movimentos cíclicos de tensão e distensão, o que torna ainda mais complexo lograr a concretização de acordos de associação (isto é, de quarta geração cujos conteúdos contemplem os três pilares) tal e como a UE realizou com o Chile e México.

Especificamente, no caso do Mercosul, apesar das múltiplas rodadas de negociação com a UE, no marco da estrutura institucional criada pelo Acordo Inter-regional de 1995, até o momento presente não houve um desfecho definitivo que possibilitasse um resultado concreto cujos avanços sejam decisivos para a conformação de uma zona de livre comércio birregional. Nesse contexto, o primeiro elemento de discussão se refere ao conteúdo da própria agenda de negociações, que inclui componentes altamente sensíveis para ambas as partes, em particular os temas vinculados à questão agrícola. Os países europeus continuam sendo cautelosos e temerários em suas negociações com o Mercosul, pois sabem dos possíveis efeitos negativos que a abertura do mercado agrícola poderá desencadear para a economia agrícola europeia (BIZZOZERO, 2010).

Sobretudo, não é só o setor agrícola que apresenta conflitos: existem muitas divergências relacionadas com o setor industrial. Obviamente, os países do Mercosul estariam muito interessados em adotar soluções equitativas para eliminar as barreiras comerciais que limitam o acesso de seus principais produtos de exportação (siderurgia, têxtil, calçados etc.) ao mercado comunitário europeu. Também não se pode negar que os avanços nas negociações sobre todas estas questões dependem, em grande medida, das disputas internas existentes na própria União Europeia, onde existem posições e interesses diferentes frente à liberação comercial extracomunitária dos produtos considerados sensíveis.

Finalmente, cabe ressaltar tal e como feito em análises anteriores (MATA DIZ, 2009), que é necessário determinar, de maneira definitiva, um calendário de negociações que estabeleçam prazos para a concretização do acordo de associação inter-regional, com a consequente criação de uma zona de livre comércio EU-Mercosul. Só assim os temores de ambas as partes serão amplamente discutidos e sanados, e as negociações concentrar-se-ão nos benefícios que acarretarão o aprofundamento das relações, tanto no âmbito comercial como nas demais áreas. A importância do reconhecimento europeu ao Mercosul por uma parte, e a posição estratégica dos países que conformam esse processo por outra, são inegavelmente elementos que deverão ser considerados como essenciais para que se possa lograr um acordo favorável tanto para a UE como para o próprio Mercosul.

Las relaciones exteriores del Mercosur: analisis de las negociaciones con la Unión Europea

Resumen

Las relaciones entre la Unión Europea y América Latina siempre estuvieron enmarcadas por periodos discontinuados de avances y retrocesos. Desde la formación del proceso comunitario en 1951, fueron firmados acuerdos de cooperación que implicaron, a lo largo de cinco décadas, en una profundización de los lazos entre Europa y América Latina. En dicho sentido, el objetivo del presente trabajo es analizar la evolución de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina, a través del examen de los elementos determinantes existentes en las negociaciones entre el Mercosur y el proceso europeo. El análisis realizado se centrará en las tres dimensiones (comercio, diálogo político y cooperación) presentes en el acuerdo firmado entre ambas regiones, con el objetivo de delimitar los principales puntos de convergencia y divergencia que, hasta el presente momento, no permitieron la adopción de un acuerdo de libre comercio. Se debe alertar para la importancia de las relaciones económicas entre la Unión Europea y el peso ponderado – con referencia a otros actores del sistema internacional – del proceso europeo comunitario en el comercio exterior con los países suramericanos. En el plan de las relaciones políticas, la decisión de la Unión Europea de iniciar las negociaciones para un acuerdo interregional con el Mercosur está adscrito la una estrategia global: el

establecimiento de mecanismos de contrapeso en el equilibrio de los bloques, en un mundo dominado por la globalización y por el regionalismo “abierto”.

Palabras claves: Relaciones Euro-latinoamericanas. Unión Europea. Mercosur. Acuerdos de Asociación. Negociaciones. Ámbitos de Incidencia.

Referências

ALDECOA LUZÁRRAGA, Francisco; IRAEGUI BALENCIAGA, Aitor. España y la dimensión euro-latinoamericana de La Unión Europea ampliada. In: DÍAS BARRADO, Cástor; FERNÁNDEZ LIESA, Carlos (Ed.). *Iberoamérica ante los procesos de integración: actas de las XVIII Jornadas de La Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*. Madrid: Civitas, 1999.

ALDECOA LUZÁRRAGA, Francisco. El acuerdo marco entre La Unión Europea y el MERCOSUR en el marco de las relaciones entre Europa y América Latina. *Revista de Instituciones Europeas*, Madrid, v. 22, n 3, p. 761-790, set./dic. 1995.

AYUSO, Ana. La relación euro-latinoamericana a través del proceso de integración regional europea. *Sumaris Afers Internacionals*, Barcelona, n. 32, p. 147-164, ago. 1996.

AYUSO, Ana. Encuentros y desencuentros de la asociación estratégica euro-latinoamericana. Equilibrios y asimetrías. *Revista d'Afers Internacionals*, Barcelona, n. 85-86, p. 185-209, mayo 2009.

BADÁN, Didier Operti. De Viena a Lima: el proceso de cumbres en un escenario cambiante. In: CELARE (Ed.). *Las relaciones euro-latinoamericanas: de la Cumbre de Viena a la Cumbre de Lima*. Santiago: CELARE. 2006.

BIZZOZERO, Lincoln. Las relaciones MERCOSUR – Unión Europea: la gobernanza europea frente a los cambios en el bloque sudamericano. *Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina – CEISAL- Réseau Amérique Latine*, 2007. Disponible em: <www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal.../INT-3-BIZZOZERO.pdf>. Acceso em: 10 nov. 2009.

BIZZOZERO, Lincoln. *Las relaciones Unión Europea – MERCOSUR: ¿Por qué debería cambiarse el formato de negociaciones para concertar un Acuerdo de*

Cooperación Estratégico? Montevideo: CERI, 2010. (Consejo Uruguayo de Relaciones Internacionales. Estudio 4/10).

BONALUMI, Roberto. La política exterior de La Unión Europea: el caso MERCOSUR. In: MOLINA DEL POZO, Carlos F. (Coord.). *Integración Eurolatinoamericana*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998. p. 631-632.

CIENFUEGOS, Mateo. *La asociación estratégica entre la Unión Europea y el Mercosur, en la encrucijada*. Barcelona: CIDOB, 2006. (América Latina, n. 15).

DEL ARENAL, Celestino. Los acuerdos de cooperación entre la Unión Europea y América Latina (1971-1997): evolución, balance y perspectivas. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, Madrid, n. 1, p. 133-152, invierno 1997.

DEL ARENAL, Celestino. Las relaciones entre la Unión Europea y América Latina: ¿abandono del regionalismo y apuesta por una nueva estrategia de carácter bilateralista? *Documento de Trabajo*, Madrid, n. 36, p. 12-34, jul. 2009.

DOCTOR, Mahrukh. Razones para la firma de un acuerdo de cooperación entre la Unión Europea y el Mercosur: el papel del comercio y de la inversión. *Revista sobre Fronteras e Integración*, Venezuela, año 10, n. 19, nov. 2005.

EUROPEAN Commission. Mercosur. Regional Strategy Paper 2007-2013, Aug. 2007. E/2007/1640. Eurostat, 2010. Disponible em: <<http://trade.ec.europa.eu/doclib/html/113488.htm>>. Acceso em: 12 jan. 2011.

GARCÍA DE LA CRUZ, José Manuel et al. *La integración productiva e MERCOSUR: orientaciones para la Unión Europea*. Madrid: Fundación Carolina CeALCI, 2010. (Avances de Investigación, n. 41).

GÓMEZ GALÁN, Manuel; SANAHUJA, José Antonio. *El sistema internacional de cooperación al desarrollo: una aproximación a sus actores e instrumentos*. Madrid: CIDEAL, 1999.

GONZÁLEZ BLANCO, Raquel; MAESSO CARRAL, María. Las relaciones comerciales entre la Unión Europea y América Latina. De la marginación al entendimiento. *Boletín Económico de ICE*, n. 2649. Madrid, 23-34, noviembre 2000.

IGLESIA-CARUNCHO, Manuel. La cooperación al desarrollo deseable en el año 2000. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, Madrid, n. 1, p. 35-59, invierno 1997.

IGLESIAS, Enrique V. Europa y América Latina rumbo al año 2000. *Economía Exterior*, Madrid, p. 33-41, verano 1999.

JIMENEZ, Emilio. La Relación MERCOSUR-Unión Europea. In: REUNIÓN REGIONAL DE EVALUACIÓN DE LOS RESULTADOS DE LA CUMBRE ALC-UE, 5., 2009, Caracas. *SP/rr-ervcalc-ue/di n° 4-09* Caracas: SELA, 2009.

JOVTIS, Ignacio. *Las relaciones Unión Europea – MERCOSUR luego de la Cumbre de Madrid 2010*: algunas reflexiones desde la sociedad civil. Observatorio Social de las Relaciones Unión Europea - América Latina. Bruselas: ALOP, 2010.

LAMOTHE, Alejandro E. Las relaciones jurídicas entre La Unión Europea y los diferentes esquemas de integración latinoamericanos”. In: MOLINA DEL POZO, Carlos F. (Coord.). *Integración Euro-latinoamericana*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

MATA DIZ, Jamile B. El acuerdo de libre comercio entre la Unión Europea y el MERCOSUR: ¿viejas estrategias, nuevas perspectivas? In: MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco (Ed.) *Treinta años de integración europea*. Lisboa: Juruá Internacional, 2009.

REUNIÓN EXTRAORDINARIA DEL COMITÉ DE COOPERACIÓN TÉCNICA DEL MERCOSUR, 9., 2009, Buenos Aires. *Mercosur/CCt/Acta N. 1/09*, 2009.

MONTORO, André Franco. Integração da América Latina em um mundo multipolar. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 32, n. 128, 1995.

OCAMPO, José Antonio. La Cumbre de Monterrey. *Foreign Affairs LatinoAmerica*, v. 2, n. 2, jun. 2002.

PLASA, Wolfgang. *Las relaciones eurolatinoamericanas*: de la Cumbre de Viena a la Cumbre de Lima. Santiago: CELARE, 2006.

SANAHUJA, Jose Antonio. *La efectividad de la cooperación al desarrollo entre la Unión Europea y América Latina*: balance y perspectivas. Disponible em: <<http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/cealci/actuaciones/Documents/Santander2010Sanahujajueves.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

SOTILLO LORENZO, José Angel. La política exterior española y la primera Cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe. In: DÍAZ BARRADO, Cástor; FERNÁNDEZ LIESA, Carlos (Coord.). *JORNADAS DE LA ASOCIACIÓN*

ESPAÑOLA DE PROFESORES DE DERECHO INTERNACIONAL Y RELACIONES INTERNACIONALES, 18., Madri, 1999.

TORRENT, Ramon. *Las Relaciones Unión Europea: América Latina en los últimos diez años, el resultado de la inexistencia de una Política, un análisis empírico y esperanzado*. Barcelona: OBREAL/ EULARO, 2005.

VAZ, Alcides Costa. Neoliberalismo na América Latina: impacto e perspectivas para o regionalismo econômico. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 36, n. 2, 1993.